

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 101.680 - PR (2018/0202375-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : OTAVIO CICERO DE MACEDO KRULJAC
RECORRENTE : HELIO DE MACEDO KRULJAC
ADVOGADO : HÉLIO DE MACEDO KRULJAC (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR024149
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por OTAVIO CICERO DE MACEDO KRULJAC e HELIO DE MACEDO KRULJAC contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0016202-07.2018.16.0000).

Depreende-se dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (e-STJ fls. 44/46), pois, conforme a peça acusatória (e-STJ fls. 36/37):

Na data de 01 de julho de 2017, durante a noite, na Rua Bernardina Saldanha Muniz, 99, bairro Rocío, nesta cidade e comarca de União da Vitória/PR policiais militares em atendimento a uma denúncia anônima de que adolescentes estariam fazendo uso de entorpecentes e bebidas alcoólicas na presença de adultos, chegaram no local e constataram que os denunciados OTÁVIO CÍCERO DE MACEDO KRULJAC e HÉLIO DE MACEDO KRULJAC, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, um aderindo à conduta do outro, forneceram, serviram e permitiram que os menores N.J.V. com 12 anos de idade, A.A.R., C. de F.F., com 14 anos de idade, J.V.V. com 15 anos de idade, C.G. dos S.R., J.V.R.C., A.G., D.S.R., com 16 anos de idade, C.A. de P.R., J.L., T.F.K, com 17 anos de idade, ora vítimas, ingerissem bebidas alcoólicas, consistentes em vodka, cerveja e whisky, em um "open bar" que os denunciados organizaram em seu estabelecimento comercial de nome "Tabacaria Hookah", o qual não tinha licença para funcionamento, estando cientes que as vítimas eram menores de 18 anos de idade, bem como, não exigiam qualquer tipo de documento de identificação para o ingresso no estabelecimento e consumo de bebidas. No local foi constatado que os adolescentes tinham livre acesso a cigarros e narguilés, inclusive alguns deles confessou que fez uso de narcóticos, sendo localizados no local pelos milicianos 4 gramas de maconha, conforme Auto de constatação provisória de droga de fl. 16, escondidas no sofá do estabelecimento, não sendo possível apurar a quem pertencia. As bebidas alcoólicas vodka, cerveja e whisky, causam dependência física e psíquica, sendo por isso, o seu comércio e consumo proibidos por lei para crianças e adolescentes (Auto de Exibição e Apreensão de fls. 11/12). Assim agindo, os denunciados corromperam os adolescentes, induzindo-os a

consumirem as bebidas alcoólicas, ou seja, cometendo crimes.

Destarte, praticaram em tese, os denunciados, os crimes tipificados nos artigos 243 e 244-B, da Lei nº.8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), razão pela qual se oferece esta, esperando seja a mesma recebida, R.A, citando-os para apresentação da defesa preliminar e demais atos do processo até sentença final, observando-se o rito previsto no artigo 394, §1º, inciso I e seguintes do Código de Processo Penal.

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná denegaram a ordem (e-STJ fls. 122/131).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 122):

HABEAS CORPUS CRIME - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - INOCORRÊNCIA - DECISÃO QUE ESTÁ FUNDAMENTADA, EMBORA SUCINTAMENTE - DENÚNCIA QUE SE MOSTRA APTA A SER RECEBIDA - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA AVERIGUAR A PARTICIPAÇÃO, OU NÃO, DOS IMPETRANTES NO CRIME DESCRITO NA DENÚNCIA - ORDEM DENEGADA.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da ação penal deflagrada em desfavor dos acusados.

Alega inépcia da inicial em relação a Hélio, que, nem sequer, estava no local dos fatos, não foi indiciado, nem mesmo ouvido como testemunha, sendo, portanto, causa de ilegitimidade passiva ou, ao menos, caso de um novo indiciamento ou desmembramento da ação penal.

Sustenta inexistência de provas quanto ao delito que lhes foi imputado, uma vez que *"tanto o líquido quanto os vasilhames foram destruídos pela Autoridade Policial de forma que sequer um Laudo Técnico para se atestar se realmente eram bebidas alcóolicas ou não, fora realizado"* (e-STJ fl. 145) e reforça que *"essa destruição, pelo próprio Estado Investigação, das provas técnicas, já configura, por si só, uma Falta de Justa Causa para a propositura da Ação Penal"* (e-STJ fl. 146).

Por fim, assevera ausência de base probatória para a continuidade da ação penal principal.

Dessa forma, requer, inclusive liminarmente, a suspensão da ação penal

que tramita na Segunda Vara Criminal da Comarca da União da Vitória/PR até o julgamento do presente recurso (e-STJ fls. 144/148).

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 168/172).

Informações prestadas às e-STJ fls. 177/260 e 264/288.

Parecer ministerial pela prejudicialidade do reclamo (e-STJ fls. 290/291).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de União da Vitória/PR, foi "*prolatada sentença na data de 29 de outubro do presente ano, condenando o paciente Otávio como incurso nas sanções do artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como absolvendo-o em relação ao crime previsto no artigo 244-D do ECA. No que tange ao paciente Hélio, este acusado foi absolvido em relação à ambos os crimes, consoante sentença anexa*" (e-STJ fl. 266).

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de sentença, o pedido de trancamento da ação penal ficou prejudicado já que não persiste o interesse de agir. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICIALIDADE DA IMPETRAÇÃO.

1 - Sobrevindo sentença condenatória, fica prejudicado o habeas corpus que busca o trancamento da ação penal.

2 - Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. [...]

4 - Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 37.735/PR, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 3/2/2015, DJe 11/2/2015.)

Tal o contexto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

